



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



Contexto Operacional

a) Caracterização da Entidade

A Empresa de Turismo de Pernambuco S.A. - EMPETUR, na qualidade de empresa pública, teve sua criação autorizada pela Lei n.º 6.030, de 03/11/1967, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 1.464, de 13/12/1967. Através da Lei Estadual n.º 10.690/1991, a Empetur passou a ser uma sociedade anônima e incorporou o Centro de Convenções – Cecon e outros equipamentos. Em 23/12/2014 através da LEI Nº 15.431, a Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR teve sua denominação social alterada para Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos. - EMPETUR, com sede na Av. Professor Andrade Bezerra, S/N, Salgadinho, Olinda/PE.

b) Finalidade

A EMPETUR tem como finalidade básica a promoção do desenvolvimento do Turismo em estreita consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Estado e a implantação e exploração, direta ou mediante concessão, de um complexo de instalações e serviços adequados à realização de convenções, feiras, exposições, conferências e correlatas, no Estado de Pernambuco, no que utiliza o Complexo do Centro de Convenções localizado em Olinda-Pe.

A partir do Decreto n.º 21.377, de 19/04/1999, a EMPETUR passou, entre suas atividades, a acumular a gestão administrativa e financeira do Parque de Esportes e Lazer Arcoverde, sob a supervisão conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

Em 09 de junho de 2016, entra em vigor a Lei 15.836 que autoriza a gestão da Arena Pernambuco pela Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos, introduzindo em suas atividades mediante convênio a administração, manutenção, conservação, operação e exploração econômica dos ativos imobiliários e mobiliários que compõe a arena.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



c) Legislação Aplicável

As atividades da empresa estão disciplinadas pela Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas e alterações posteriores), pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943, pela Consolidação das Leis do Trabalho, LEI N.º 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios além de seu Estatuto Social, Regimento Interno e as demais normas de Direito Público e Privado.

Aplicam-se também, a partir de 04/05/2000, os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista a EMPETUR preencher os requisitos descritos no art. 2º, inciso III daquela lei referente à sua caracterização como empresa estatal dependente.

d) Repasse de Recursos

Em função do seu objeto social, a EMPETUR recebeu através da rubrica "Receitas de Subvenções", recursos repassados pelo Tesouro Estadual, vinculados a despesas criadas para promover o turismo no Estado de Pernambuco. Por conseguinte, nas rubricas das Despesas Administrativas – "Publicidade para Promoção do Turismo" e "Convênios (Subvenções) e Contratos para Eventos" – estão registrados valores que foram repassados a terceiros, onde a empresa exerceu a função de intermediária dessas operações.

e) Situação Patrimonial

A administração da empresa, ciente da situação patrimonial e financeira refletida nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de setembro de 2025, entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato de o controle da sociedade pertencer ao Governo do Estado de Pernambuco.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

Por ter suas atividades disciplinadas pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as demonstrações contábeis foram elaboradas para fins de publicação em conformidade com os princípios de contabilidade emanados da Lei das Sociedades Anônimas e dispositivos complementares de acordo com as práticas contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2. Principais Práticas Contábeis

Na observância do regime de competência, a entidade adota as seguintes principais práticas contábeis:

2.1. Disponibilidades

São demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

2.2. Contas a Receber

Representam os valores faturados, relativos às receitas de serviços recreativos e culturais.

2.3. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis e são compostos exclusivamente ao consumo interno. No terceiro trimestre 2025, a Contabilidade recebeu os relatórios mensais pertinentes da área de patrimônio e foi atualizado os saldos dos materiais em estoque.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



2.4. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção do Ativo Imobilizado, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

2.5. Provisão para Contingências

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são avaliados como sendo de perdas possíveis e estas informações são apenas divulgados nesta nota explicativa.

No terceiro trimestre foi enviada a atualização dos valores das provisões que passaram a serem registradas no sistema e-fisco contendo de forma individualizada as seguintes informações: nome do reclamante, CPF/CNPJ, nº do processo, vara cível e o valor provisionado como provável, fomentando assim o processo de transparências das informações contábeis.

As informações foram repassadas pela Diretoria Jurídica da Empetur - DJU, através do SEI **0060300062.001993/2025-71** e as provisões contingências, segue o quadro a seguir:

2.2.7.1.1.02.00	Provisão para indenizações trabalhistas - por CNPJ/CPF	R\$ 895.705,68
2.2.7.4.1.02.00	Provisão para indenizações cíveis - por CPF/CNPJ	R\$ 1.425.207,37
TOTAL		R\$ 2.320.913,05



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



2.6. Valores de Realização e Exigibilidade

Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pró rata temporis". Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável desvalorização.

Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses da data do balanço são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

2.7. Apuração do Resultado

No decorrer do terceiro trimestre de 2025, as receitas e despesas estão registradas de forma a atender a Lei Federal n.º 4.320 de 17/03/1964. Ao final do exercício, as despesas e receitas são registradas com base em critérios estabelecidos na legislação societária (Lei 6.404/76) e dispositivos complementares, em atendimento ao regime de competência.

3. Disponibilidades

Segue detalhamento das contas contábeis:

Disponibilidades		dez/24	set/25
1.1.1.1.1.02.04	(F) CONTA ÚNICA - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	5.980.386,91	4.654.202,52
1.1.1.1.1.03.02	(F) BANCO DO BRASIL	510,97	8.570,06
1.1.1.1.1.03.03	(F) BRADESCO	89.481,56	27.438,52
1.1.1.1.1.03.04	(F) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	43.918,56	72.575,04
1.1.1.1.1.03.16	(F) BANCO ITAÚ S.A.	10	10
1.1.1.1.1.20.05	(F) FUNDOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	45.239,70	48.142,84
		6.159.547,70	4.810.938,98

A conciliação bancária da Empetur foi objeto de um minucioso trabalho desta Setorial Contábil quanto a regularização das contas bancárias, exceto conta única.

As contas bancárias estão devidamente conciliadas, identificadas todas as pendências e as regularizações dos saldos, estão ocorrendo de acordo com a disponibilidade de orçamento a ser



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



liberada pela SEFAZ. Na conciliação ainda existem pendências, porém devidamente identificadas, conforme detalhamento no Item – Conciliação Bancária.

4. Depósitos Judiciais

Esta conta 1.1.3.5.1.02.00, manteve-se com saldo de R\$ 464.877,42, em 30/09/2025, e todos os lançamentos encontram-se de forma individualizada constando: valor, número do processo, reclamante, se trata de bloqueio ou transferência judicial, com base em documentação comprobatória registramos os saldos pendentes na conciliação bancária, favorecendo assim o controle, a coerência e a transparência dos registros contábeis.

Ainda há bloqueios que apesar da identificação do processo e dos valores, nos impossibilita de realizar o devido registro contábil, quando os bloqueios ocorrem nas contas de aplicação financeira, que ao contrário do que ocorre nas contas correntes, onde o saldo bloqueado é retirado da conta, os bloqueios nas contas aplicações financeiras permanece o saldo na conta, apenas com o indicativo de bloqueado, ou seja, o recurso não sai da conta, não há movimentação, o que impossibilita seu registro.

5. Despesas Antecipadas

O valor registrado em despesas antecipadas se refere a contratação de empresas de seguro predial para o Centro Cultural Cais do Sertão e Arena Pernambuco, que vem sendo apropriada mensalmente.

Conta Contábil	Descrição	Saldo
1.1.9.1.1.01.00	SEGURO CAIS DO SERTÃO	96.250,00
1.1.9.1.1.01.00	SEGURO ARENA	89.925,00
SALDO TOTAL		RS 186.175,00



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



6. Fornecedores

	SET/2025	DEZ/2024
Fornecedores	<u>7.269.004,93</u>	<u>3.829.236,31</u>

Referem-se às obrigações assumidas com fornecedores de materiais, prestadores de serviços, convênios e contratos. Apesar do saldo de fornecedores ter tido um aumento significativo no 3º trimestre em virtude dos expressivos dos investimentos na área de fomento relativo ao principalmente ao projeto Pernambuco Meu País, concomitante com os gastos relativos à publicidade/marketing promocional do turismo em Pernambuco, ainda assim, verificamos que a Empetur tem mantido capacidade de pagamento aos seus fornecedores/credores de forma regular, sem maiores intercorrências.

7. Impostos e Contribuições a recolher

Impostos e Contribuições a Recolher			
CONTA	DESCRIÇÃO	dez/24	set/25
2.1.4.3.5.02.02	(P) ISS	-	250,00
2.1.8.8.1.01.01	(F) CONSIGNAÇÕES RETIDAS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	139.108,69	163.877,37
2.1.8.8.1.01.20	(F) INSS RETIDO SERVIDORES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	92.698,30	91.839,77
2.1.8.8.3.01.22	(F) INSS RETIDO SOBRE SERVIÇOS DE TERCEIROS/PF	-	2.079,00
2.1.8.8.1.01.23	(F) INSS RETIDO SOBRE SERVIÇOS DE TERCEIROS/PJ	158.899,42	135.693,84
2.1.8.8.1.01.31	(F) IMPOSTO DE RENDA RETIDO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	164.876,10	94.018,98
2.1.8.8.1.01.32	(F) IMPOSTO DE RENDA RETIDO, EXCETO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	36.197,86	113.258,52
2.1.8.8.1.01.33	(F) COFINS/PIS/PASEP/CSLL (COD.5952)	139.371,31	689.224,96
2.1.8.8.1.01.51	(F) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS RETIDO DE PF E PJ	184.864,63	829.912,96
TOTAL		916.016,31	2.120.155,40



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



8. Capital Social

O capital social é de R\$ 72.065.681 e está representado por 47.609.915 ações nominativas, sendo:

	Ações
Ações Ordinárias (Estado de Pernambuco e Outros)	32.382.637
Ações Preferenciais (FUNGETUR/EMBRATUR e Outros)	15.227.278
TOTAL	47.609.915

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL REALIZADO

SECRETARIA DE TURISMO
EMPRESA DE TURISMO DE PE. GOV. EDUARDO
CAMPOS

EMPETUR

Quadro - Composição do Capital Social Realizado em
31/03/2025.

*Valores
em R\$
mil*

Acionistas	Ordinárias			Preferenciais			Total		
	Qtd	%	Valor	Qtd	%	Valor	Qtd	%	Valor
Estado de PE	32.382.637.267	69,21*	49.883.082		0		32.382.637.267	69,21	49.883.082
Fungetur/Embratur		0		15.227.278.262	29,37	21.165.691	15.227.278.262	29,37	21.165.691
Outros		0		216	1,42	1.016.908	216	1,42	1.016.908
		0			0			0	
		0			0			0	
		0			0			0	
		0			0			0	
Total	32.382.637.267	-	49.883.082	15.227.278.478	31	22.182.599	47.609.915.745	100	72.065.681

A Empetur tem uma composição acionária e o capital social sem avaliação há pelo menos a 30 anos, não há registros de atas e nem livros disponíveis, pois o setor que guardava os documentos sofreu um incêndio e a Contabilidade replicava há décadas o mesmo valor. Na atual Gestão, está em estudo a contratação de uma empresa especializada para realizar todo o resgate documental e em um segundo momento a atualização monetária do capital social da Empetur.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



9. Receita Operacional Líquida

	SET/2024	SET/2025
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.776.320,80	3.529.566,10
Receita de Serviços Recreativos e Culturais	2.059.714,57	1.585.523,85
Receita de Aluguéis	442.250,65	408.041,35
Receita de Concessões e Permissões	2.268.977,71	1.536.000,90
Receita Proveniente da Prestação de Serviços	5.377,87	-
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(83.720,18)	(21.335,80)
(-) Dedução do ISS	(14.356,25)	(3.500,00)
(-) Dedução do COFINS	(56.990,90)	(14.654,28)
(-) Dedução do PIS	(12.373,03)	(3.181,52)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.692.600,62	3.508.230,30

9.1 Receita de Serviços Recreativos e Culturais

A Empetur arrecada a Receita de Serviços Recreativos e Culturais através da locação dos teatros, auditórios, espaços externos, campos de futebol e salas para a realização de eventos no Centro de Convenções, Arena-Pernambuco, Museu Cais do Sertão e Parque Memorial Arcoverde, registrados no Sistema Efisco conforme detalhamento abaixo.

1.6.1.1.01.0.1.01 - SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS

0501560801 - Fonte da Arena Pernambuco	912.460,69
0501560802 - Fonte do Cais do Sertão	371.301,16
0501560803 - Fonte do Memorial Arcoverde	316.305,20

Informamos que os valores acima se referem a conta contábil 6.2.1.1.1.00.00 – Receita a realizar, por esse motivo há uma diferença do valor, em virtude de parte da receita estar registrada em Adiantamentos de credores.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



9.2 Receita de Aluguéis

A receita de aluguel recebida pela Empetur compreende a locação de lojas e espaços para antenas telefônicas, conforme detalhamento por fonte abaixo relacionado. Informamos que os valores abaixo se referem a conta contábil 6.2.1.2.1.00.00.

1.3.1.1.01.1.1.01 - ALUGUÉIS

0501560801 - Fonte da Arena Pernambuco	199.105,61
0501560802 - Fonte do Cais do Sertão	208.935,74

9.3 Receita de concessões e permissões

A receita se refere a outorga recebida pela concessão do Centro de Convenções e pela concessão de uso de área da Arena para operacionalização de fornecimento de alimentos e bebidas, para atendimento do público presente a Arena Pernambuco nos dias de jogos e eventos, incluindo os clientes das áreas vips.

1.3.1.1.02.0.1.01 - RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS

0501000000 - Fonte da Empetur	1.057.179,02
0501560801 - Fonte da Arena Pernambuco	478.821,88

10. Despesas Operacionais

As despesas operacionais do 3º trimestre de 2025 seguem detalhadas abaixo:



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



10.1 Gerais e Administrativas

	SET/2025
Prestação de Serviço PF Sem Vínculo Empregatício	(313.388,92)
Prestação de Serviço PJ	(104.916.435,06)
Locação de Mão-de-Obra	(2.845.619,19)
Aluguéis	(574.791,72)
Veículos Conservação de Bens e Instalações	(2.461.290,50)
Propaganda Publicidade e Patrocínio	(10.272.936,07)
Desincorporação de Ativos	(11.795,80)
Depreciação e Amortização	(568.953,00)
Provisões	(774.289,59)
Sentenças judiciais	(1.000.061,43)
Viagens, diárias e ajuda de custo	(776.312,05)
Outras Transferências	(5.000.000,00)
Indenizações e Restituições	(15.754,07)
Transferências concedidas	(4.347.700,00)
	(133.879.327,40)

10.2 Pessoal e encargos

	SET/2025
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras	(10.351.541,80)
Outros Gastos com Pessoal	(1.258.980,43)
Encargos Sociais Previdência Social	(2.507.184,08)
Encargos Sociais FGTS	(759.180,23)
	(14.876.886,54)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



10.3 Tributárias

	<u>SET/2025</u>
Impostos	(250,00)
Taxas - Jucepe	(3.785,00)
C.I.M., Taxa de limp urbana, Taxa de vigilância sanitária, TSD (pref.)	(6.140,64)
Outras taxas não especificadas	(21.762,33)
	<u>(31.937,97)</u>

10.4 Outras Despesas Operacionais

	<u>SET/25</u>
Combustíveis e lubrificantes automovíveis	89.548,25
Gás e outros materiais engarrafados	550,00
Alimentos para animais	100,00
Gêneros de alimentação	8.171,90
Material de expediente	13.527,24
Material de processamento de dados	315.418,88
Material de copa e cozinha	19.226,90
Material de limpeza e prod. de higienização	34.271,75
Uniformes, tecidos e aviamentos	14.287,00
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	56.909,45
Material p/ manutenção de bens moveis	196.295,95
Material elétrico e eletrônico	232.155,04
Material de proteção e segurança	22.968,00
Ferramentas	2.428,09
Material de sinalização visual e outros	24,00
Material bibliográfico não imobilizável	9.600,00
Material de consumo	13.873,34
	<u>1.029.355,79</u>



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



10.5 Outras Receitas Operacionais

	SET/2025
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE OUTROS DIREITOS	17.835,80
GANHOS COM CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	192.393,71
RESTITUIÇÕES	152.472,96
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	49.581,68
OUTRAS RESTITUIÇÕES	673.722,98
TOTAL	1.086.007,13

10.6 Transferências líquidas do Tesouro Estadual

	SET/2025
Cota financeira recebida do órgão financeiro central	137.005.997,56
Repasse financeiro recebido	1.740.476,70
Dedução decota financeira recebida do órgão central, ref. a baixa de Créd. Intraorçamentário a receber de RP	-2.449.810,13
Outras transferências não financeiras recebidas - independentes de execução orçamentária	26.202,94
	<hr/> 136.322.867,07 <hr/>



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



11. Resultado Financeiro

	<u>SET/2025</u>	<u>SET/2024</u>
Receitas financeiras	3.262,39	2.576,17
Despesas financeiras	(5.828,04)	(11.719,41)
Resultado financeiro	<u>(2.565,65)</u>	<u>(9.143,24)</u>

11.1 Receitas Financeiras

As receitas financeiras são os rendimentos bancários referente às aplicações financeiras.

	<u>SET/2025</u>
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	<u>3.262,39</u>

11.2 Despesas Financeiras

As despesas financeiras são valores referentes a tarifas bancárias.

	<u>SET/2025</u>
SERVIÇOS BANCÁRIOS	(5.824,53)
PERDAS EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(3,51)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



12. Ajustes de Exercícios Anteriores

(P) AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.613,76
(P) AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.933.765,99

Os ajustes de exercícios anteriores se referem a cancelamentos de Documentos Hábeis, ajustes nas provisões de folha de pagamento, baixa na provisão de contingências para indenizações cíveis, e ajustes de restos a pagar processados.

13. Repasse da receita de subvenção

A Empetur apresentou um saldo negativo na demonstração do resultado do exercício no terceiro trimestre de 2025. Apesar da Empetur juridicamente ser uma sociedade de anônima de capital aberto, em sua essência, trata-se de uma estatal dependente e conseqüentemente mostra-se deficitária, com resultado negativo.

A Secretaria da Fazenda repassou a Empetur, até 30 de setembro de 2025, sob o título de subvenção o valor total de R\$ 137.005.997,56, sendo que R\$ 2.449.810,13, foram referentes a despesas de restos a pagar processados.

Através do mecanismo de repasses da Sefaz as subvenções são transferidas pelos totais liberados, sem distinções do que seja despesa do exercício ou pagamento de despesas já liquidadas. Para que não haja impacto positivo no resultado contábil em algumas empresas dependentes é facultado o uso do evento contábil 540.171, que registra os créditos intra orçamentário a receber de RP e a fonte de recursos dos RP recebedores de repasse bancário, retificando através desse evento o saldo de repasses recebidos a título de subvenção.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



14. Repasse financeiro recebido

4.5.1.1.2.02.01	REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO	1.740.476,70
-----------------	-----------------------------	--------------

Repasse referente ao Termo de Execução Descentralizada - TED, firmado entre a Secretaria de Cultura de Pernambuco - SECULT/PE e a Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR, alusivo à utilização dos recursos autorizados pela Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023 e Portaria MinC nº 80 de 2023, com transferência conforme inciso III do art. 7º do Decreto Federal nº 11.453/2023.

Objeto do TED é a requalificação do Centro Cultural Museu Cais do Sertão, abrangendo manutenção do telhado, impermeabilização de áreas, manutenção de portas, instalação de gradil, lavagem de poltronas, reparo no piso, aquisição de monta carga e melhoramento do desempenho da função atual do Museu, promovendo a recuperação e valorização do espaço público.

A EMPETUR apresentará a prestação de contas à SECULT/PE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência do convênio ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer segundo, com no mínimo os seguintes elementos: prestação de informações em relatório de execução do objeto (art. 29, II, Decreto Federal nº 11.453/2023), boletins de medição, notas fiscais e comprovantes de pagamento.

15. Prejuízo Líquido do período

A Empetur, embora juridicamente constituída como sociedade de economia mista de capital aberto, na prática atua como empresa estatal dependente do Tesouro Estadual, uma vez que suas receitas operacionais são insuficientes para cobrir as despesas de custeio e investimento.

Conforme apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício do período de 1º de julho a 30 de setembro de 2025, a empresa registrou Receita Operacional Líquida de R\$ 1.060.156,00, valor que corresponde a aproximadamente 2% do total das despesas de custeio e investimentos, que somaram R\$ 55.216.264,00.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 SETEMBRO DE 2025



Durante o trimestre, a Empetur recebeu transferências líquidas do Tesouro Estadual no montante de R\$ 51.474.165,00. Considerando-se a soma dessas transferências com a receita operacional, obtém-se um total de R\$ 52.534.321,00 em receitas disponíveis.

Após a dedução das despesas operacionais incorridas no período, apurou-se um prejuízo líquido do período de R\$ -2.432.632,65, no 3º trimestre de 2025.

IVA DAS NEVES LIMA
DE
SOUZA:64867234591

Assinado de forma digital por IVA
DAS NEVES LIMA DE
SOUZA:64867234591
Dados: 2025.12.12 11:13:22 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADORA CRC 023898/O BA /SPE

EDUARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA LOYO
PRESIDENTE DA EMPETUR

ATIVO

		SET-2025	DEZ-2024
CIRCULANTE			
Disponibilidades	(3)	4.810.939	6.159.548
Adiantamentos		395.473	238.705
Depósitos Judiciais	(4)	464.877	464.877
Estoques		216.874	248.370
Despesas Antecipadas	(5)	186.175	106.213
		6.074.339	7.217.712
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais e outros		971.724	812.630
Investimentos		225.670.000	225.670.000
Imobilizado		9.634.152	9.615.084
Intangível		-	-
		236.275.876	236.097.714
TOTAL DO ATIVO		242.350.215	243.315.426

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		SET-2025	DEZ-2024
CIRCULANTE			
Salários e Encargos Sociais		623.645	747.538
Obrigações Trabalhistas		-	1.305.778
Fornecedores	(6)	7.269.005	3.829.236
Impostos e Contribuições a Recolher	(7)	2.120.155	916.016
Depósitos de Diversas Origens		226.646	218.975
Receitas a Classificar		642	3.985
Adiantamentos Recebidos		213.978	199.435
Outras Obrigações		5.591	12.611
		10.459.663	7.233.575
NÃO CIRCULANTE			
Provisão sobre contingências judiciais		2.320.913	1.589.775
		2.320.913	1.589.775
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	(8)	72.065.681	72.065.681
Reservas de Capital		28.699.976	28.699.976
Reserva de lucros		128.803.982	133.726.419
		229.569.639	234.492.076
TOTAL DO PASSIVO		242.350.215	243.315.426

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 30 de setembro de 2025

EDUARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA LOYO
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS NEVES Assinado de forma digital por IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA:64867234591
LIMA DE SOUZA:64867234591
SOUZA:6486723 Dados: 2025.12.12
4591 11:16:59 -03'00'
IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023898 - BA /S - PE

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025
(em reais)

	<u>SET/2025</u>	<u>SET/2024</u>
Das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(8.859.817,06)	(5.564.280,08)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	563.383,13	290.763,08
Ajustes de exercícios anteriores (13)	3.937.379,75	231.047.179,09
Resultado ajustado por itens que não representam movimentação no caixa	(4.359.054,18)	225.773.662,09
Variação nos Ativos operacionais		
Variação de Clientes	-	-
Variação de Adiantamentos	(156.768,88)	(245.632,26)
Variação de Depósitos Judiciais (Circulante)	-	(33.114,28)
Variação de Depósitos Judiciais (Não Circulante)	(159.093,77)	(495.941,56)
Variação de Estoques	31.496,03	77.392,30
Variação de Despesas Antecipadas	(79.962,50)	(133.675,00)
Variação de Outros Créditos	-	-
Variação do Imobilizado	(0,00)	0,00
Caixa gerado/consumido na variação dos ativos operacionais	(364.329,12)	(830.970,80)
Variação nos Passivos operacionais		
Variação de Salários e Encargos Sociais	(123.893,08)	(58.791,80)
Variação de Obrigações Trabalhistas	(1.305.778,28)	(1.193.223,36)
Variação de Fornecedores	3.439.768,62	2.456.441,31
Variação de Impostos e Contribuições a Recolher	1.204.139,09	226.243,78
Variação de Depósitos de Diversas Origens	7.670,50	(6.774,15)
Variação de Receitas a Classificar	(3.342,39)	(618,68)
Variação de Adiantamentos Recebidos	14.543,20	86.249,66
Variação de Outras Obrigações	(7.019,59)	(27.925,57)
Variação de Provisão sobre contingências judiciais	731.137,80	(12.240,00)
Variação de Operações vinculadas a convênios	-	-
Caixa gerado/consumido na variação dos Passivos operacionais	3.957.225,87	1.469.361,19
Caixa gerado/consumido nas operações do exercício 2024	(766.157,43)	226.412.052,48
Das atividades de investimentos		
Acréscimo/Redução do Imobilizado por ajuste e transferência para investimentos	-	(225.670,000)
Aquisição de bens móveis do Imobilizado	(582.451,29)	108.176,50
Caixa gerado/consumido na variação das Atividades de Investimento	(1.348.608,72)	850.228,98
Caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo Inicial	6.159.547,70	6.715.360,57
Saldo Final	4.810.938,98	7.565.589,55
	(1.348.608,72)	850.228,98

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 30 de setembro de 2025

EDUARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA LOYO
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS NEVES
LIMA DE
SOUZA:64867234
591

Assinado de forma digital
por IVA DAS NEVES LIMA
DE SOUZA:64867234591
Dados: 2025.12.12
11:16:14 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023898 - BA /S - PE



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025
(em reais)



Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	72.065.680,99	28.699.976,11	(93.871.820,97)	6.893.836,13
Ajustes de Exercícios Anteriores			231.047.179,09	231.047.179,09
Prejuízo do período			(5.564.280,08)	(5.564.280,08)
Aumento de Reserva de Capital				-
Saldo em 30 de setembro de 2024	72.065.680,99	28.699.976,11	131.611.078,04	232.376.735,14
Ajustes de Exercícios Anteriores			-	-
Lucro do período			2.115.340,95	2.115.340,95
Aumento de Reserva de Capital				-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	72.065.680,99	28.699.976,11	133.726.418,99	234.492.076,09
Ajustes de Exercícios Anteriores			3.937.379,75	3.937.379,75
Prejuízo do período			(8.859.817,06)	(8.859.817,06)
Aumento de Reserva de Capital				-
Saldo em 30 de setembro de 2025	72.065.680,99	28.699.976,11	128.803.981,68	229.569.638,78

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 30 de setembro de 2025

EDUARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA LOYO
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS
NEVES LIMA
DE
SOUZA:64867
234591

Assinado de forma digital por IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA:6486723459 1
Dados: 2025.12.12 11:15:42 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023898 - BA / S - PE

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025
(em reais)

	2025		2024	
	JUL-SET	JAN-SET	JUL-SET	JAN-SET
Lucro ou Prejuízo do Exercício	(2.432.632,65)	(8.859.817,06)	1.349.308,24	(5.564.280,08)
Retificação de Erro	13.614,58	3.937.379,75	225.699.313,43	231.047.179,09
Resultado Abrangente Total	(2.419.018)	(4.922.437)	227.048.622	225.482.899

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 30 de setembro de 2025

IVA DAS NEVES
LIMA DE
SOUZA:648672
34591

Assinado de forma digital por IVA
DAS NEVES LIMA DE
SOUZA:64867234591
Dados: 2025.12.12 11:15:10 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023898 - BA /S - PE

EDUARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA LOYO
DIRETOR PRESIDENTE

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025
(em reais)

	2025		2024	
	JUL-SET	JAN-SET	JUL-SET	JAN-SET
Receita Operacional Líquida (10)	1.060.156	3.508.230	1.606.662	4.692.601
Custos dos Serviços Prestados	-	-	-	-
Lucro Bruto	1.060.156	3.508.230	1.606.662	4.692.601
(Despesas) receitas Operacionais (11)				
Gerais e Administrativas	(49.420.677)	(133.879.327)	(37.037.611)	(83.088.284)
Pessoal e encargos	(5.497.593)	(14.876.887)	(4.130.175)	(14.028.796)
Tributárias	(3.551)	(31.938)	(7.042)	(16.744)
Outras Despesas Operacionais	(894.443)	(1.029.356)	(838.305)	(1.576.586)
Outras Receitas Operacionais	850.257	1.129.159	253.158	679.660
Transferências líquidas do Tesouro Estadual	51.474.165	136.322.867	41.503.425	87.783.013
Resultado Operacional antes do resultado financeiro	(2.431.687)	(8.857.251)	1.350.112	(5.555.137)
Resultado financeiro (12)				
Receitas financeiras	1.304	3.262	855	2.576
Despesas financeiras	(2.250)	(5.828)	(1.659)	(11.719)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.432.633)	(8.859.817)	1.349.308	(5.564.280)
Prejuízo Líquido do Exercício	(2.432.633)	(8.859.817)	1.349.308	(5.564.280)
Prejuízo por lote de 1.000.000 ações do Capital Social no final do exercício	(2,43)	(8,86)	1,35	(5,56)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 30 de setembro de 2025

EDUARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA LOYO
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS NEVES Assinado de forma digital por IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA:64867234591
LIMA DE
SOUZA:648672 SOUZA:64867234591
34591 Dados: 2025.12.12 11:14:38 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023898 - BA /S - PE



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025
(em reais)



	SET/2025	SET/2024
RECEITAS OPERACIONAIS		
Venda de Serviços	3.529.566	4.776.321
Outras Receitas	137.198.645	88.262.085
	140.728.211	93.038.406
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Serviços Prestados	-	-
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(134.112.069)	(83.570.887)
(Perda)/Recuperação de valores ativos	(11.796)	(362.422)
Outras (Reavaliação de Imóveis para Investimento)		
	(134.123.865)	(83.933.308)
VALOR ADICIONADO BRUTO	6.604.346	9.105.098
RETENÇÕES		
Depreciação e Amortização	(568.953)	(559.338)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	6.035.393	8.545.759
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	3.262	2.576
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	6.038.655	8.548.336
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos	12.369.702	11.675.419
Impostos, Taxas e Contribuições	2.528.770	2.437.197
Lucro (Prejuízo)	(8.859.817)	(5.564.280)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	6.038.655	8.548.336

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 30 de setembro de 2025

EDUARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA LOYO
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA:64867234591
Assinado de forma digital por IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA:64867234591
Dados: 2025.12.12 11:14:03 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023898 - BA /S - PE



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos S.A. – EMPETUR

**RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410)
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 30 DE SETEMBRO DE 2025
LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)**

Aos Acionistas, Conselheiros(as) e Administradores da
Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos S.A. - EMPETUR
CNPJ (MF) 10.931.533/0001-40
Olinda – Pernambuco

Prezados(as) Senhores(as),

1. Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos S.A. - EMPETUR**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao 1º trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **EMPETUR**, é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Base para conclusão com ressalva

Com base nos procedimentos aplicados, constatamos que as provisões de férias e 13º salário como os respectivos encargos não estão sendo registradas adequadamente na contabilidade da Empetur. A ausência desses lançamentos resulta em subavaliação do passivo trabalhista e distorções relevantes

nas demonstrações contábeis, afetando a adequada apuração das obrigações e dos resultados do exercício. Em razão dessa inconsistência, as demonstrações contábeis não refletem, de forma fidedigna, a posição patrimonial e financeira da entidade, no que se refere às obrigações trabalhistas de curto prazo.

4. Conclusão Sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto tratado no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de setembro de 2025 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

5. Outros assuntos

5.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da **EMPETUR**, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

Olinda/PE, 04 de dezembro de 2025.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O



Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2
CNAI 4747



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO - EMPETUR

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 30/09/2025.

Recife/PE, 26 de novembro de 2025

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO - EMPETUR
Olinda – PE

Att. Diretoria de Administração e Finanças
Ref. Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pela **EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO - EMPETUR** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 30/09/2025, queremos:

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência anexo do Edital, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para a Diretoria quando cabível, a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2
Sócio

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração da **EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO - EMPETUR**, doravante denominado “**EMPETUR**”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil ou que tenham efeito sobre as demonstrações contábeis consideradas em conjunto. Portanto, aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de setembro de 2025, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Empresas Estatais de Economia Mista, com personalidade jurídica de direito privado, regidas concomitantemente pelas leis 6.404/1976 e 11.638/2007, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram realizados através de técnicas de amostragem estatística com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nosso trabalho foi exclusivamente desenvolvido com base nas informações e documentos fornecidos pela EMPETUR. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da entidade contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza **R\$ 6.074.338,53** em 30/09/2025, representando **30,03%** do total do ativo, o que lhe atribui “**risco alto**” sob o ponto de vista de exposição ativa. No comparativo com o semestre anterior (saldo de **R\$ 7.379.024,02** em 30/06/2025), observa-se uma **variação negativa de R\$ 1.304.685,47**, correspondente a **-17,68%**. Essa redução caracteriza “**risco baixo**” do ponto de vista da variação qualitativa e quantitativa, considerando o volume transacionado no período.:

ATIVOS	SALDOS				Variação 01/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual 30/09/2025 (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior 30/06/2025 (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	6.074.338,53	2,51	7.379.024,00	3,03	-1.304.685,47	-17,68
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.810.938,98	1,99	6.140.121,53	2,53	-1.329.182,55	-21,65
CONTA ÚNICA	4.654.202,52	1,92	5.997.912,49	2,47	-1.343.709,97	-22,40
BANCOS - OUTRAS CONTAS	108.593,62	0,04	95.324,89	0,04	13.268,73	13,92
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	48.142,84	0,02	46.884,15	0,02	1.258,69	2,68
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	860.350,87	0,36	860.176,24	0,35	174,63	0,02
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	388.977,35	0,16	388.802,72	0,16	174,63	0,04
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	6.496,10	0,00	6.496,10	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	464.877,42	0,19	464.877,42	0,19	0,00	0,00
ESTOQUES	216.873,68	0,09	232.708,92	0,10	-15.835,24	-6,80
ALMOXARIFADO	216.873,68	0,09	232.708,92	0,10	-15.835,24	-6,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	186.175,00	0,08	146.017,31	0,06	40.157,69	27,50
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	186.175,00	0,08	143.637,50	0,06	42.537,50	29,61

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído sob ambos os prismas, tanto vertical quanto horizontal.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos a Conta Única, cujo saldo responde individualmente por aproximadamente **97%** do total do disponível da Empresa, sendo, portanto, uma rubrica significativa.

ATIVOS	SALDOS				Variação 01/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual 30/09/2025 (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior 30/06/2025 (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	6.074.338,53	2,51	7.379.024,00	3,03	-1.304.685,47	-17,68
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.810.938,98	1,99	6.140.121,53	2,53	-1.329.182,55	-21,65
CONTA ÚNICA	4.654.202,52	1,92	5.997.912,49	2,47	-1.343.709,97	-22,40
(F) CONTA ÚNICA - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	4.654.202,52	1,92	5.997.912,49	2,47	-1.343.709,97	-22,40
BANCOS - OUTRAS CONTAS	108.593,62	0,04	95.324,89	0,04	13.268,73	13,92
(F) BANCO DO BRASIL	8.570,06	0,00	131,33	0,00	8.438,73	6.425,59
(F) BRADESCO	27.438,52	0,01	89.481,56	0,04	-62.043,04	-69,34
(F) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	72.575,04	0,03	5.702,00	0,00	66.873,04	1.172,80
(F) BANCO ITAÚ S.A.	10,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	48.142,84	0,02	46.884,15	0,02	1.258,69	2,68
(F) FUNDOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	48.142,84	0,02	46.884,15	0,02	1.258,69	2,68

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil.

✓ Procedimentos de Auditoria

Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários cotejados com a razão contábil.

✓ Constações

O exame efetuado nas conciliações de 30/09/2025 revelou a diferença de R\$ 727,45 na conta 1.1.1.1.1.03.03 (F) BRADESCO recebemos a conciliação e verificamos que se trata de valores antigos que precisam ser regularizados pela Empresa.

PENDÊNCIAS DO RAZÃO		
13/8/21	PAGAMENTO FORNECEDOR C/C	-603,13
13/8/21	PAGFOR DOC SD L	-223,62
15/3/22	2022OB001463	99,30

O maior saldo do grupo refere-se à Conta Única, gerida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco (SEFAZ-PE). No período analisado, não foi possível validar o montante de R\$ 4.654.202,52, devido ao volume de informações. No próximo trimestre, será adotado procedimento adicional de confirmação externa, por meio do envio de carta de circularização

pela EMPETUR diretamente ao setor competente da SEFAZ-PE, com o objetivo de confirmar a exatidão do saldo registrado na contabilidade.

✓ **Opinião**

O saldo identificado possui imaterialidade frente às demonstrações contábeis da EMPETUR. Constatamos que os controles internos existentes apresentam-se adequados e suficientes para a salvaguarda dos ativos e para assegurar a confiabilidade das informações registradas. Recomendamos, contudo, que a Entidade regularize ou apresente a conciliação bancária correspondente ao saldo em questão, garantindo a adequada consistência, transparência e rastreabilidade dos registros contábeis.

3.1.2 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Adiantamento Concedidos” e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – a Receber”.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVOS	SALDOS				Variação 01/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual 30/09/2025 (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior 30/06/2025 (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	6.074.338,53	2,51	7.379.024,00	3,03	-1.304.685,47	-17,68
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	860.350,87	0,36	860.176,24	0,35	174,63	0,02
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	388.977,35	0,16	388.802,72	0,16	174,63	0,04
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	6.496,10	0,00	6.496,10	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	464.877,42	0,19	464.877,42	0,19	0,00	0,00

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores entre 30/09/2025 e 30/06/2025, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais.

✓ **Constatações**

Identificamos depósitos judiciais conta - 1.1.3.5.1.02.00, registrado no ativo circulante da Empresa. Salientamos que esses valores são depositados em juízo para garantir um processo (tributário, trabalhista, cível etc.). Esses depósitos não estão disponíveis para a empresa enquanto durar a disputa jurídica, recomenda-se a classificação para o não circulante.

✓ **Opinião**

Ressaltamos que a classificação da conta depósitos judiciais no curto prazo não estão adequados conforme CPC 26 e carece de revisão pela administração da empresa.

3.1.3 ESTOQUES

O grupo **Estoques** representa **0,09%** do saldo total do ativo, recebendo atributo de “**risco baixo**” sob o ponto de vista de exposição ativa. No período analisado, apresentou uma **variação negativa de R\$ 15.835,24**, o que corresponde a um **decréscimo de 6,80%** em relação ao trimestre anterior, indicando um “**risco relativo**” quanto ao volume transacionado. Os estoques são mensurados pelo **custo médio de aquisição e produção**, incluindo despesas de transporte, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo destinados exclusivamente ao consumo interno da Entidade.

ATIVOS	SALDOS				Variação 01/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual 30/09/2025 (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior 30/06/2025 (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVOS CIRCULANTES	6.074.338,53	2,51	7.379.024,00	3,03	-1.304.685,47	-17,68
ESTOQUES	216.873,68	0,09	232.708,92	0,10	-15.835,24	-6,80

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores entre os saldos de 30/06/2025, 30/09/2025 do balancete com o relatório de controle interno para analisar a conciliação da aludida conta, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza um saldo representativo no Ativo Circulante.

✓ **Constatações**

Verificamos que a Entidade realiza o controle do inventário do almoxarifado por meio de planilhas eletrônicas (Excel). Constatamos que, na data da auditoria, os saldos estavam devidamente conciliados com a contabilidade. Entretanto, destacamos que o processo de registro e controle manual, realizado por meio de planilhas, está sujeito a falhas humanas, tais como erros de digitação, duplicidade de lançamentos e dificuldades na rastreabilidade das movimentações.

✓ **Opinião**

Os controles internos referentes ao estoque carecem de melhorias, é necessário a adoção de um sistema informatizado de gestão de estoque, preferencialmente integrado à contabilidade, de modo a garantir maior segurança, confiabilidade e eficiência no processo de controle patrimonial e de almoxarifado.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

O grupo congrega contas cuja realização ocorre em prazo mais longo, bem como bens destinados à operacionalização das atividades da Entidade. No período analisado, o grupo representa 97,49% da exposição ativa, recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista qualitativo, dado o peso significativo na composição do ativo. Em relação ao semestre anterior, observa-se um acréscimo de R\$ 515.474,44, correspondente a 0,22% de variação positiva, o que confere um atributo de “risco baixo” sob a ótica da variação quantitativa, considerando que o volume transacionado manteve estabilidade no período.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				Variação 01/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual 30/09/2025 (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior 30/06/2025 (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	236.275.876,20	97,49	235.760.401,76	96,97	515.474,44	0,22
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	971.724,22	0,40	838.966,87	0,35	132.757,35	15,82
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	971.724,22	0,40	838.966,87	0,35	132.757,35	15,82
INVESTIMENTOS	225.670.000,00	93,12	225.670.000,00	92,82	0,00	0,00
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	225.670.000,00	93,12	225.670.000,00	92,82	0,00	0,00
IMOBILIZADO	9.634.151,98	3,98	9.250.804,89	3,80	383.347,09	4,14
BENS MÓVEIS	7.966.132,90	3,29	7.393.134,81	3,04	572.998,09	7,75
BENS IMÓVEIS	5.021.710,93	2,07	5.021.710,93	2,07	0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	3.353.691,85	1,38	3.164.040,85	1,30	189.651,00	5,99

3.2.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referida conta é composta por valores de depósitos e bloqueios judiciais referentes a processos ativos em que a EMPETUR figure em um dos polos, sendo que devem ser mantidos como créditos e corrigidos até o deslinde da causa, onde serão revertidos ao caixa, em caso de ganho das ações ou, registrados como perdas em eventual insucesso do pleito.

ATIVO	SALDOS				Variação 01/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual 30/09/2025 (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior 30/06/2025 (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	236.275.876,20	97,49	235.760.401,76	96,97	515.474,44	0,22
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	971.724,22	0,40	838.966,87	0,35	132.757,35	15,82
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	971.724,22	0,40	838.966,87	0,35	132.757,35	15,82
(P) DEPÓSITOS JUDICIAIS	868.441,22	0,36	735.683,87	0,30	132.757,35	18,05
(P) DEPÓSITOS PARA RECURSOS	103.283,00	0,04	103.283,00	0,04	0,00	0,00

✓ Procedimentos de Auditoria

Buscamos confrontar de modo comparativo os valores de saldos de 30/06/2025 a 30/09/2025, para analisar a evolução da aludida conta, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber. Analisamos as planilhas auxiliares mantidas pelo setor contábil para controles de depósitos judiciais.

✓ Constatações

Foi disponibilizado pela companhia um relatório detalhado contendo a composição individualizada dos valores vinculados a cada processo, abrangendo tanto os depósitos judiciais quanto os depósitos para recursos. As informações apresentadas demonstram rastreabilidade adequada entre os saldos contabilizados e os documentos de suporte, permitindo identificar claramente a natureza, a origem e a movimentação de cada valor depositado. Constatou-se também que os controles estão organizados de forma a possibilitar o acompanhamento da evolução dos depósitos por processo, assegurando maior transparência e confiabilidade às informações registradas.

✓ **Opinião**

A metodologia aplicada nos controles internos em uso, são suficientes para preencher os requisitos de integridade e segurança adequadas a função e funcionamento das contas do Depósitos Judiciais e Depósitos para Recursos.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O Ativo do Imobilizado representa **3,98%** do saldo total do ativo, recebendo atributo de “**risco alto**” sob o ponto de vista de exposição ativa. O grupo apresentou uma **variação positiva de R\$ 383.347,09**, equivalente a um **acréscimo de 4,14%** em relação ao semestre anterior, caracterizando, portanto, “**risco baixo**” do ponto de vista de variação qualitativa e quantitativa do volume transacionado.

ATIVO	SALDOS				Variação 30/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	236.275.876,20	97,49	235.760.401,76	96,97	515.474,44	0,22
IMOBILIZADO	9.634.151,98	3,98	9.250.804,89	3,80	383.347,09	4,14
BENS MÓVEIS	7.966.132,90	3,29	7.393.134,81	3,04	572.998,09	7,75
BENS IMÓVEIS	5.021.710,93	2,07	5.021.710,93	2,07	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÂO	3.353.691,85	1,38	3.164.040,85	1,30	189.651,00	5,99

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Selecionamos pela razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições e posse dos bens, tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

No imobilizado estão os bens destinados à operação da Empetur e são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A última avaliação de recuperabilidade dos bens foi realizada em 2019.

✓ **Opinião**

De acordo com o CPC 01 a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Portanto, como faz seis anos desde a última avaliação de recuperabilidade, recomendamos o levantamento de fontes internas e/ou externas para avaliar qualquer indicação de redução ao valor recuperável e assim, caso haja, aplicar o teste “impairment”. A metodologia aplicada nos controles internos em uso, são suficientes para preencher

os requisitos de integridade e segurança adequadas a função e funcionamento das contas do Imobilizado.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O **Passivo Circulante** representa **4,32%** do saldo total do passivo, recebendo atributo de **risco alto** sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva. O grupo apresentou uma **variação positiva de R\$ 1.644.063,68**, correspondente a um **acréscimo de 18,65%** em relação ao semestre anterior. Dessa forma, mantém-se a classificação de **risco alto** também sob o ponto de vista do volume quantitativo transacionado.

PASSIVO	SALDOS				Variação 30/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE	10.459.662,90	4,32	8.815.599,22	3,63	1.644.063,68	18,65
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	464.075,10	0,19	215.855,58	0,09	248.219,52	114,99
PESSOAL A PAGAR	35.962,37	0,01	22.774,28	0,01	13.188,09	57,91
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	428.112,73	0,18	193.081,30	0,08	235.031,43	121,73
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.269.004,93	3,00	6.794.198,36	2,79	474.806,57	6,99
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PR	7.269.004,93	3,00	6.794.198,36	2,79	474.806,57	6,99
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	250,00	0,00	0,00	0,00	250,00	100,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	250,00	0,00	0,00	0,00	250,00	100,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.726.332,87	1,12	1.805.545,28	0,74	920.787,59	51,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	213.978,11	0,09	212.641,31	0,09	1.336,80	0,63
VALORES RESTITUÍVEIS	2.506.763,31	1,03	1.569.762,20	0,65	937.001,11	59,69
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.591,45	0,00	23.141,77	0,01	-17.550,32	-75,84

4.1.1 FORNECEDORES

O saldo da conta de Fornecedores representa **3,00%** do saldo total do passivo, recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva. No período analisado, o grupo apresentou uma variação positiva de **R\$ 474.806,57**, equivalente a um acréscimo de **6,99%**, mantendo-se classificado como de risco elevado também sob a ótica do volume quantitativo transacionado.

PASSIVO	SALDOS				Variação 30/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE	10.459.662,90	4,32	8.815.599,22	3,63	1.644.063,68	18,65
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.269.004,93	3,00	6.794.198,36	2,79	474.806,57	6,99
FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCÍCIO	7.268.884,89	3,00	6.756.691,20	2,78	512.193,69	7,58
FORNECEDORES NACIONAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	120,04	0,00	37.507,16	0,02	-37.387,12	-99,68

✓ Procedimentos de Auditoria

Para o trimestre analisado, foram realizados testes de amostragem, considerando que a documentação disponibilizada permitiu a verificação dos lançamentos contábeis.

A administração forneceu o relatório de fornecedores extraído do sistema EFISCO, porém este relatório é dinâmico, atualizado diariamente e não apresenta informações

retroativas correspondentes à data-base analisada e o arquivo da Nota Explicativa, utilizado somente para análise preliminar e comparação da evolução dos saldos.

Dessa forma, os procedimentos aplicados compreenderam, análise do saldo contábil em contraposição aos registrado no razão e verificação da variação entre DEZ/2024 e SET/2025;

A ausência de relatórios históricos ou controles extracontábeis estruturados impediu a execução de testes substantivos, especialmente aqueles referentes à validação da composição individualizada de fornecedores.

✓ **Constatações**

Durante os procedimentos de auditoria referentes à análise das obrigações registradas na data-base, observou-se que, apesar do envio do relatório extraído do sistema EFISCO, não foi possível identificar de forma completa e detalhada a composição dos saldos apresentados. Diante disso, tornou-se necessária a solicitação de informações adicionais à Administração, visando esclarecer a natureza e a origem das obrigações pendentes.

No âmbito dos testes de amostragem, foram identificados saldos antigos ainda pendentes de pagamento, a exemplo do processo 0060300010.004545/2022-91, cuja liquidação permanece condicionada à disponibilidade de programação financeira e orçamentária. A existência de obrigações com longo período de pendência aumenta o risco de passivo contingente, caso se verifique prescrição, incidência de encargos ou questionamentos por parte dos credores.

Adicionalmente, verificou-se no processo 0060300010.002885/2025-21 a ocorrência de glosa decorrente de descumprimento de cláusulas contratuais, sem que houvesse emissão de nota fiscal substitutiva. Essa situação gerou divergência entre a documentação apresentada e o valor efetivamente pago, além de ocasionar retenção tributária indevida, evidenciando fragilidades no controle de conformidade documental e no tratamento de glosas contratuais.

✓ **Opinião**

Essas situações indicam necessidade de aprimoramento nos controles internos relacionados à gestão e registro das obrigações.

4.1.2 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

Representa as obrigações com Encargos Sociais da Empetur.

PASSIVO	SALDOS				Variação 30/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE	10.459.662,90	4,32	8.815.599,22	3,63	1.644.063,68	18,65
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	464.075,10	0,19	215.855,58	0,09	248.219,52	114,99
PESSOAL A PAGAR	35.962,37	0,01	22.774,28	0,01	13.188,09	57,91
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	35.962,37	0,01	22.774,28	0,01	13.188,09	57,91
OBRIGAÇÕES DE PESSOAL A PAGAR	35.962,37	0,01	22.774,28	0,01	13.188,09	57,91
(P) OBRIGAÇÕES DE PESSOAL ATIVO - EXTRA FOLHA	11.217,46	0,00	0,00	0,00	11.217,46	100,00
(P) 13º SALÁRIO - EMPRESAS - 1/12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(P) FÉRIAS - EMPRESAS - 1/12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(P) FOLHA PESSOAL DA UG EXCETO SAD	24.744,91	0,01	22.774,28	0,01	1.970,63	8,65
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	428.112,73	0,18	193.081,30	0,08	235.031,43	121,73
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	93.000,00	0,04	36.749,62	0,02	56.250,38	153,06
FGTS	93.000,00	0,04	36.749,62	0,02	56.250,38	153,06
(F) FGTS DO EXERCÍCIO A PAGAR	93.000,00	0,04	0,00	0,00	93.000,00	100,00
(P) FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(P) FGTS SOBRE FÉRIAS - EMPRESAS - 1/12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(P) FGTS SOBRE 13º SALÁRIO - EMPRESAS - 1/12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	335.112,73	0,14	156.331,68	0,06	178.781,05	114,36
INSS	335.112,73	0,14	156.331,68	0,06	178.781,05	114,36
(F) INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	298.000,00	0,12	119.218,95	0,05	178.781,05	149,96
(P) INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	37.112,73	0,02	37.112,73	0,02	0,00	0,00
(F) INSS TERCEIROS PF A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(P) INSS TERCEIROS PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(P) INSS SOBRE 13º SALÁRIO - EMPRESAS - 1/12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(P) INSS SOBRE FÉRIAS - EMPRESAS - 1/12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

✓ Procedimentos de Auditoria

Obtivemos o Resumo de Proventos e Descontos emitido pelo Sistema de Gestão de Recursos Humanos e aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento. Obtivemos também planilha elaborada pelo setor de RH e solicitamos as Guias de Previdência Social (GPS) e as Guias de Recolhimento do FGTS (GRF). Além disso, recebemos **planilha de provisões** encaminhada pelo setor responsável para fins de validação das provisões trabalhistas registradas no sistema.

✓ Constatações

Com relação às provisões trabalhistas (férias, 13º salário e respectivos encargos), após o recebimento da planilha de provisões encaminhada pelo RH, foi possível constatar que tais valores não estão sendo adequadamente registrados na contabilidade. A ausência desses lançamentos provoca distorções nas demonstrações contábeis, subavalia o passivo trabalhista e compromete a fidedignidade das informações financeiras.

✓ Comentário da administração

Conforme comentário da administração apresentada no relatório do primeiro trimestre, desde a implantação do SGP – Sistema de Gestão de Pessoas - pelo Governo Estadual, têm sido observadas dificuldades operacionais, entre elas a ausência de relatório de provisão de férias, situação igualmente enfrentada por outras Secretarias e órgãos vinculados. Após orientação da equipe de auditoria e diante da indisponibilidade de emissão automática das provisões pelo Sistema de Gestão de Pessoas do Estado, o Setor de Folha de Pagamento procedeu ao levantamento manual dos valores, compilados em planilhas. As informações relativas as competências de janeiro a novembro de 2025 foram finalizadas e encaminhadas à equipe Auditoria apenas em 18 de novembro de 2025, e enviadas à Gerência da Setorial Contábil, conforme SEI nº 0060300062.002343/2025-42. Desta feita, os lançamentos serão contabilizados a partir do mês de novembro.

Ação Corretiva: Conforme já informado, os dados relativos às provisões trabalhistas, ainda apurados manualmente, foram encaminhados ao setor contábil e passarão a ser informados de forma rotineira, em periodicidade mensal, até a plena automatização do Sistema de Gestão de Pessoas – SGP.

4.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante recebe atributo de **risco relativo** sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma **variação negativa de R\$ 14.256,64**, equivalente a um **decréscimo de 0,61%** em relação ao período anterior comparado ao presente exame. Dessa forma, o grupo demonstra **risco baixo** sob o ponto de vista de volume quantitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 30/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.320.913,05	0,96	2.335.169,69	0,96	-14.256,64	-0,61
PROVISÕES A LONGO PRAZO	2.320.913,05	0,96	2.335.169,69	0,96	-14.256,64	-0,61
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	895.705,68	0,37	895.705,68	0,37	0,00	0,00
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	1.425.207,37	0,59	1.439.464,01	0,59	-14.256,64	-0,99

4.2.1 CONTINGÊNCIAS

A Empetur é parte em ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista e cível. A provisão foi constituída considerando a análise da Procuradoria Jurídica para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas no montante de **R\$ 2.320.913,05**.

✓ Procedimentos de Auditoria

Foram analisadas as planilhas auxiliares disponibilizadas pela Diretoria Jurídica, contendo o detalhamento dos processos judiciais em andamento e suas respectivas

classificações de risco. Em conformidade com as normas aplicáveis, a provisão deve ser reconhecida quando houver obrigação presente decorrente de evento passado, cuja estimativa seja confiável e exista probabilidade de saída de recursos para sua liquidação. Procedeu-se à confrontação dos valores classificados como perda provável pelo Setor Jurídico com os valores registrados no balancete, visando identificar eventuais inconsistências.

✓ **Constatação**

O Setor Jurídico informa em relatórios, elaborados pelos advogados, o prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, cujo montante registrado, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando atender na totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências.

✓ **Opinião**

As planilhas enviadas pela diretoria jurídica nos pareceram suficiente para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, tanto cível quanto trabalhista, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

4.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **94,73%** do saldo total da parcela não exigível, resultante da equação patrimonial (ativo menos passivo), apresentando uma variação negativa de **R\$ 2.419.018,07** em relação ao semestre anterior, quando comparado ao período sob exame.

PASSIVO	SALDOS				Variação 30/06/2025 x 30/09/2025	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	238.429.455,84	98,38	238.415.841,26	98,06	13.614,58	0,01
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	72.065.680,99	29,74	72.065.680,99	29,64	0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	28.699.976,11	11,84	28.699.976,11	11,80	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	137.663.798,74	56,80	137.650.184,16	56,61	13.614,58	0,01
RESULTADO DO PERÍODO	-8.859.817,06	-3,66	-6.427.184,41	-2,64	-2.432.632,65	37,85
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	229.569.638,78	94,73	231.988.656,85	95,41	-2.419.018,07	-1,04

✓ **Opinião**

Chamamos a atenção para o fato de que a Empetur apresentou **prejuízo no exercício**, o que pode indicar **incerteza relevante quanto à sua capacidade de continuidade operacional**. Embora tenhamos constatado repasses frequentes do Tesouro Estadual para suprir as despesas correntes, os resultados negativos acumulados evidenciam risco substancial que deve ser considerado na interpretação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto, porém tal circunstância exige alerta específico aos usuários das informações contábeis.

5. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 16 (dezesesseis) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração da **EMPETUR** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros. Por meio deste, comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, relatadas neste relatório, que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 04 de dezembro de 2025

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O



Phillippe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2

CNAI 4747





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br



Secretaria
de Turismo
e Lazer



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

ATA DA 4ª REUNIÃO DO ANO DE 2025 DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S/A - EMPETUR

1. DATA, HORA E LOCAL:

Reunião do Conselho Fiscal da EMPETUR realizada em 18/12/2025, às 13:30h, presencialmente, na sede social da empresa, situada na Av. Professor Andrade Bezerra, s/n, Salgadinho, Olinda/PE e por videoconferência.

2. CONVOCAÇÃO:

Conselheiras titulares Carla Michelly Pereira do Nascimento, Sandra Alves Barbosa Spinelli e Viviane de Faria.

3. PRESENÇA:

Conselheiras titulares Sandra Alves Barbosa Spinelli e Viviane de Faria, a Gerente da Setorial Contábil da EMPETUR, Iva das Neves Lima de Souza, a Diretora Administrativa e Financeira da EMPETUR, Renata Rodrigues, a Assessora da Diretoria de Planejamento e Gestão da EMPETUR, como secretária designada, Lucila Alves Ferreira e a Assessora Especial do Controle Interno, Karla Sabino.

A Conselheira Carla Michelly Pereira do Nascimento não pôde comparecer por motivos de saúde. Nenhum membro da Auditoria Independente esteve presente na reunião e não justificou a ausência.

4. ORDEM DO DIA:

4.1. Examinar e apreciar sobre as Demonstrações Financeiras do 3º trimestre do exercício de 2025 (SEI nº 0060300002.005204/2025-85);

4.2. Examinar as atividades da Auditoria Independente (SEI nº 0060300002.005204/2025-85);

4.3. Outros assuntos do interesse do Conselho Fiscal.

5. DELIBERAÇÕES:

5.1. Acerca do item 1 da pauta, após a apresentação das Demonstrações Financeiras do 3º Trimestre de 2025 da EMPETUR, pela Gerente da Setorial Contábil, a senhora Iva das Neves Lima de Souza, o Conselho solicitou a inclusão da informação sobre o incremento no orçamento da EMPETUR em 2025, devido às atividades de fomento, no texto da nota explicativa do Relatório do 3º trimestre, pois considera uma informação relevante. A EMPETUR informou que irá incluir a informação.

5.1.1. O Conselho Fiscal questionou sobre o andamento quanto a contratação da empresa responsável pelo resgate dos documentos perdidos no incêndio que afetou o

setor responsável. O Conselho Fiscal solicitou ajuste no texto do relatório sobre esse tema, pois essa informação se repete em toda reunião.

A Diretora Administrativa Financeira, Renata Rodrigues, informou que não há comprovação documental acerca da composição acionária da EMPETUR, tendo em vista a ausência de registros de atas e de livros societários disponíveis. Em pesquisa realizada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM verificou-se a inexistência de registro. Em razão dessa ausência de registros, a Contabilidade vem reproduzindo, há décadas, os mesmos valores históricos. Já em relação ao capital social, faz-se necessário realizar um levantamento para fins de reavaliação do patrimônio existente. Já foi realizado a avaliação dos bens imóveis e o teste de recuperabilidade dos bens móveis.

5.1.2. O Conselho Fiscal solicitou incluir no Relatório a data de vigência do convênio da Lei Aldir Blanc, firmado entre a EMPETUR e a SECULT, para que o Conselho acompanhe a prestação de contas.

5.1.3. O Conselho Fiscal pediu para detalhar na nota explicativa do Relatório, a que se refere o valor constante no item 10.1 "outras transferências", página 11. A EMPETUR informou que detalhará no relatório do Balanço Anual de 2025.

5.1.4. O Conselho Fiscal solicitou que a EMPETUR sane as pendências apresentadas pela Auditoria Independente.

5.2. Acerca do item 2 da pauta, o Conselho Fiscal reforça a necessidade do cumprimento do cronograma previamente estabelecido pela empresa de Auditoria Independente.

5.3. Acerca do item 3 da pauta, o Conselho Fiscal manteve o questionamento sobre a proposta de regularização do regime jurídico da EMPETUR e solicitou que assim que a Diretoria Executiva iniciar o processo trazer para conhecimento do Conselho;

6. ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Conselho Fiscal considerou encerrados os trabalhos da presente reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual foi achada conforme e assinada.

Atenciosamente,

Sandra Alves Barbosa Spinelli

Membro Efetivo

Viviane de Faria

Membro Efetivo



Documento assinado eletronicamente por **Viviane de Faria**, em 24/03/2026, às 16:30, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Alves Barbosa Spinelli**, em 24/03/2026, às 16:48, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **79670616** e o código CRC **60415FF5**.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO

Centro de Convenções de Pernambuco, Av. Prof. Andrade Bezerra, S/N, - Bairro Salgadinho, Olinda/PE - CEP 53111-970, Telefone: (81) 3182-8000